



AVISO n.º POCH-H9-2021-08

Concurso para apresentação de candidaturas

Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)

Revisto em 07/01/2022 – Ponto 8.2, 15.2 e 16.2

Programa Operacional Capital Humano		
Eixo Prioritário	1	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Prioridade de Investimento	10.i.	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação
Objetivo específico	1.1.1	Aumentar o sucesso escolar e reduzir o abandono, melhorando a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de aprendizagem ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário
Indicadores de Realização	<ul style="list-style-type: none">Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none">Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte de nível ISCED 2Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	
Tipologia de Intervenção	H9	MEA Redução do abandono escolar
Tipologia de Operação	846	MEA Cursos de Educação e Formação (CEF)
Fundo	Fundo Social Europeu	
Período de Candidaturas	Data de abertura	Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso
	Data de termo	31 dias seguidos após a data de abertura, até às 18H00



Cofinanciado por:



União Europeia
Fundo Social Europeu

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR	2
2. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS	3
3. BENEFICIÁRIOS	3
4. DESTINATÁRIOS	3
5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO	4
6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR.....	4
7. ÂMBITO GEOGRÁFICO	4
8. FORMA DE APOIO.....	4
9. REGRAS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS DESPESAS A COFINANCIAR	5
10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR.....	8
11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS	9
12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS	9
13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	9
14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL	10
15. REGIME DE FINANCIAMENTO.....	11
16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR.....	14
17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO	15
18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES.....	15
19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	15
20. PONTO DE CONTACTO	16
ANEXO I – Deliberação n.º 27/2021 da CIC Portugal 2020	17
ANEXO II – Despacho n.º 9177/2021	19
ANEXO III – Tabela de custos unitários	20
ANEXO IV – Deliberação n.º 8/2018 da CIC Portugal 2020	24
ANEXO V - Critérios de seleção	36
ANEXO VI - Grelha de Análise dos Critérios de Seleção	38
ANEXO VII - Prazos e procedimentos de análise e decisão de Candidaturas.....	41
ANEXO VIII - Nota Metodológica Projeto de Orçamento – Custo Unitário.....	42

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente aviso de abertura para apresentação de candidaturas (AAC) visa estabelecer as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2018 de 6 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 03 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março, conjugados com o artigo 5.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, que publica o Regulamento Específico do Capital Humano (adiante designado de RECH), alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro, n.º 159/2019, de 23 de maio, que a republica, n.º 140/2020, de 15 de junho e pela Portaria n.º 130/2021, de 25 de junho.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 1 – Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade – do POC, incidindo o presente aviso nos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), nos 2.º anos curriculares dos cursos iniciados no ano letivo de 2020/2021, bem como os cursos iniciados no ano letivo 2021/2022, abrangendo apenas o mesmo.

Este aviso é elaborado ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030, aprovado pela Deliberação n.º 27/2021, de 23 de agosto, da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020 e, nesse contexto, ao abrigo do Despacho n.º 9177/2021, de 16 de setembro, de forma a continuar a garantir o financiamento de medidas de política pública com forte impacto na melhoria da coesão social e territorial e da competitividade, ainda antes da aprovação dos Programas Operacionais do Portugal 2030. Conforme determinado por aquela Deliberação, no seu número 4, os apoios aprovados ao abrigo do presente mecanismo terão que respeitar em simultâneo os regulamentos comunitários dos dois períodos de programação, ou seja, a operação deverá cumprir o regime jurídico em vigor e ainda dar resposta ao novo enquadramento do Portugal 2030 e do respetivo enquadramento legal, essencialmente em matéria de alterações ao regime de financiamento e de reporte de informação e de aferição dos requisitos de acesso associados aos beneficiários quando sejam mais exigentes, e que os respetivos beneficiários aceitam o reenquadramento das operações no âmbito das regras vigentes no novo período de programação, fazendo constar do Termo de Aceitação a sua anuência expressa.

Os CEF foram criados e regulamentados pelo Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, alterado pela Retificação n.º 1673/2004, de 7 de setembro, pelo Despacho n.º 12568/2010, de 4 de agosto e pelo Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho, estando destinados preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já a abandonaram, antes da conclusão da escolaridade obrigatória.



Com esta modalidade pretende-se assegurar a inclusão de todos no percurso escolar e tem como objetivos criar condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória, impulsionando medidas que promovam a qualidade do ensino, o sucesso escolar e a redução do abandono escolar; criar ofertas mais adaptadas aos jovens que procuram um ensino mais prático, mais técnico e mais ligado às empresas, sem prejuízo da sua sólida formação geral.

As ações a financiar permitem promover um ensino metodologicamente direcionado para uma abordagem prática, assegurando a continuidade dos estudos e proporcionando o desenvolvimento de capacidades de âmbito profissional aos alunos.

2. TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES E AÇÕES ELEGÍVEIS

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operações prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do RECH, e enquadra-se na Prioridade de Investimento 10.i, constante do Programa Operacional Capital Humano, aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C (2020) 6543, aprovada em 21 de setembro de 2020, abrangendo os Cursos de Educação e Formação de Jovens conferentes de nível 2 de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), nas Tipologias dos percursos de tipo 2 e tipo 3, nos termos previstos n.º 3 do referido artigo 14.º e de acordo com o regime jurídico que institui estes cursos, em particular nos anexos I e II do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, na sua atual redação, abrangendo o financiamento das turmas em funcionamento no ano letivo 2021/2022.

3. BENEFICIÁRIOS

Constituem-se como beneficiários desta Tipologia de Operação no âmbito do presente Aviso, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º do RECH, as escolas profissionais públicas, as entidades proprietárias de escolas profissionais privadas e as entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, desde que o respetivo funcionamento dos CEF esteja previamente autorizado pelo Ministério da Educação.

4. DESTINATÁRIOS

São destinatários do presente AAC, nos termos previstos na alínea b) e c) do n.º 1 do artigo 2.º do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, na sua atual redação, e do estabelecido na programação do POCH:

- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos e que completaram o 6.º ano de escolaridade ou frequentaram, com ou sem aproveitamento, o 7.º ano de escolaridade, ou ainda àqueles que frequentaram, sem aproveitamento, o 8.º ano de escolaridade para os Cursos de tipo 2;
- Jovens com idade igual ou superior a 15 anos com o 8.º ano de escolaridade ou frequência, sem aprovação, do 9.º ano, para os Cursos de tipo 3.



Nos termos ainda do n.º 2 do artigo 1.º do Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho, na sua atual redação, quando as situações o aconselhem, designadamente quando os jovens tenham já pelo menos uma retenção, poderá ser autorizado, pelos serviços competentes do Ministério da Educação, a frequência de jovens com menos de 15 anos.

5. DOTAÇÃO FINANCEIRA E NÍVEL DE COFINANCIAMENTO

5.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso, é de **13.000.000 €** (treze milhões de euros).

5.2. Taxa de cofinanciamento

A taxa de cofinanciamento é de 85% de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas, constituindo os restantes 15% a contrapartida pública nacional, nos termos estabelecidos no artigo 3.º do RECH.

6. LIMITES AO NÚMERO DE CANDIDATURAS A APRESENTAR

No âmbito do presente aviso cada entidade apenas poderá apresentar uma candidatura por região.

7. ÂMBITO GEOGRÁFICO

7.1. São elegíveis as operações que decorram nas regiões menos desenvolvidas, isto é, no Norte, Centro e Alentejo.

7.2. Para efeitos de aplicação do número anterior e conforme o disposto no nº 5 do art.º 13º do RECH, alterado pela Portaria n.º 130/2021 de 25 de junho, a elegibilidade é determinada pelo local onde se realiza a formação, sempre que a mesma seja presencial, ainda que inclua componentes de formação a distância

8. FORMA DE APOIO

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos e de tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos, respetivamente, nas alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, consoante a tipologia de beneficiários.

8.1. Modalidade de tabela normalizada de custos unitários (custos simplificados)

É aplicada a tabela de custos unitários aprovada, conforme Anexo III ao presente aviso, tal como resulta da Deliberação n.º 8/2018, de 26 de abril, da Comissão Interministerial de

Coordenação do Portugal 2020, a qual consta do Anexo IV e de acordo com as regras de financiamento especificamente estabelecidas para o efeito e constantes dos pontos 9.2.1 e 9.2.2.

Neste enquadramento, e ao abrigo n.º 1 o artigo 16.º do RECH, é aplicável a modalidade de custos unitários às candidaturas tituladas pelas seguintes entidades beneficiárias:

- Entidades proprietárias de escolas profissionais privadas, nelas se incluindo as empresas locais proprietárias de escolas profissionais de regime privado;
- Entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

Esta modalidade de custos unitários é referente aos custos operacionais de funcionamento dos cursos apoiados, sendo que em matéria de apoios diretos a formandos integra também uma componente em regime de reembolso de custos efetivamente incorridos e pagos, observando, neste último caso, as regras e limites de elegibilidade fixados no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, que aprova o Regulamento que estabelece Normas Comuns sobre o FSE, alterado pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto; n.º 122/2016, de 4 de maio; n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro, n.º 127/2020, de 26 de maio, n.º 255/2020, de 27 de Outubro, n.º 259/2020, de 03 de Novembro e n.º 43/2021, de 23 de Fevereiro.

8.2. Modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos (custos reais)

Relativamente às demais entidades beneficiárias discriminadas no ponto 3 do presente Aviso e não indicadas no ponto 8.1, aplica-se a modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação. Neste contexto, os montantes elegíveis obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação. Porém, para as operações cujo custo total que vier a ser aprovado não exceda 200 mil euros, nos termos do n.º 2 do art. 53.º e da alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo, ambos do Regulamento (UE) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art. 53.º do mesmo Regulamento, é adotada a forma de financiamento de utilização obrigatória de opções de custos simplificados, na modalidade de custo unitário por formando em função do escrutínio do projeto de orçamento, nos termos do Anexo VIII (Nota Metodológica – Projeto de orçamento custo unitário)

9. REGRAS DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

9.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário tem que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua

atual redação, bem como no disposto na alínea l) do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, igualmente na sua redação atual, sem prejuízo da eventual necessidade de vir a ser necessário complementar a informação referente à aferição dos requisitos de acesso exigidos à luz do reenquadramento dos presentes apoios nas novas regras do próximo período de programação.

9.2. Regras de elegibilidade na modalidade de tabela normalizada de custos unitários

9.2.1 No âmbito das operações a apoiar através da modalidade de custos unitários, são elegíveis os montantes máximos das tabelas, constantes do Anexo III do presente aviso e de acordo com as seguintes regras de elegibilidade:

- i) O número de alunos por turma é fixado num mínimo de 15 e um máximo de 25 alunos, nos termos estabelecidos na alínea h) do n.º 2 do artigo 7.º do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 29 de junho, na redação conferida pelo Despacho n.º 9752-A/2012, de 18 de julho, podendo ser elegíveis excecionalmente e, desde que devidamente autorizadas pelo membro do governo competente, nos termos da norma legal citada, turmas abaixo dos mínimos estabelecidos, sendo, no entanto, aplicada a devida correção financeira nos termos do estabelecido na alínea ii) do ponto 9.2.2;
- ii) Nas turmas que, em sede de execução, registem um número inferior a 8 alunos há lugar à redução total do financiamento atribuído, salvo se na mesma escola ou nas escolas limítrofes, não for possível integrar estes alunos noutras turmas, ou desde que devidamente autorizadas pelo membro do governo competente, sendo, no entanto, aplicada a devida correção financeira nos termos do estabelecido na alínea ii) do ponto 9.2.2;
- iii) São elegíveis as turmas que resultem da agregação de turmas de reduzida dimensão, havendo apenas lugar ao financiamento de uma única turma, e que partilhem a componente de formação sociocultural e/ou científica, separando-se na componente de formação tecnológica, desde que devidamente autorizada pelos competentes serviços, observando para o efeito o disposto no artigo 7º, número 2 alíneas i) e j) do regulamento anexo ao Despacho conjunto n.º 453/2004, de 29 de junho, na sua atual redação;
- iv) Para efeitos de aplicação do presente aviso são considerados os alunos a frequentar a formação, aqueles que integrem as listas nominais constantes do Sistema de Informação, devendo ser identificadas e registadas as situações de formandos desistentes, no mais curto espaço de tempo após o fim da participação do formando na operação;
- v) Para determinação da redução do financiamento, consideram-se alunos desistentes, tendo presente o definido no Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei nº 51/2012, de 5 de setembro):
 - Formando que não conclui a frequência do ano letivo, conduzindo à devida formalização da anulação da matrícula durante o ano;

- Formando que registou faltas injustificadas em nível superior ao legalmente estatuído, conduzindo a situações de retenção, devendo ser considerado como aluno desistente no ano letivo em análise;
 - Formando que é transferido para outro estabelecimento de ensino por opção do respetivo encarregado de educação ou do próprio, conforme a idade do aluno.
- vi) Os alunos que vierem a renovar a matrícula em módulos de disciplinas não concluídas ou na formação em contexto de trabalho podem frequentar uma turma ou curso subsidiado, não sendo os mesmos considerados para efeitos de financiamento, pelo que não devem integrar as listas nominais a que respeita o ponto iv);
- vii) O disposto no ponto anterior não se aplica sempre que a renovação da matrícula se fique a dever a facto não imputável ao aluno, designadamente por doença prolongada, caso em que o aluno deve ser integrado em turma subsidiada, passando a constar da lista nominal correspondente;
- viii) Os valores relativos a propinas, matrículas, inscrições de alunos, produto de vendas, prestações de serviços, alugueres, juros credores ou outras receitas equivalentes, constituem receitas dos cursos financiados, a ser deduzidas ao subsídio anual concedido por turma e por curso constante da Tabela do Anexo III;
- ix) O valor do financiamento concedido pode ainda ser objeto de redução quando em sede de acompanhamento ou auditoria forem detetadas irregularidades que coloquem em causa o cumprimento integral da legislação nacional;
- x) Na modalidade de custos unitários não é exigida apresentação de documentos contabilísticos comprovativos das despesas para efeitos do financiamento do subsídio anual, ficando, no entanto, as entidades beneficiárias adstritas à observância das regras de organização contabilística que lhe sejam aplicáveis nos termos gerais, nomeadamente no contexto da intervenção tutelada pelo Ministério Educação ou outra, bem as regras nacionais e comunitárias em matéria de contratação pública.
- xi) No que respeita aos apoios diretos a formandos aplicam-se as regras de elegibilidade e montantes máximos estabelecidos no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de março, na sua atual redação.

9.2.2 As ações elegíveis obedecem às regras de financiamento que se seguem:

- i) No caso de financiamento pela modalidade de custos unitários, o valor total do financiamento a aprovar resulta do valor anual por turma e por curso definido na tabela em Anexo III, acrescido do valor referente ao apuramento de apoios diretos aos formandos, no regime de custos efetivamente

incorridos e pagos, com base nos valores máximos elegíveis definidos no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação;

- ii) A redução do valor do subsídio por turma corresponde a 5% por cada aluno quando as ofertas de formação autorizadas registem um número de alunos inferior a 15 alunos. A referida redução ao financiamento incide sobre a totalidade do valor anual por turma e por curso e é aplicada quer em sede de análise da candidatura, quer em sede de execução. O valor elegível será apurado mediante os alunos que permanecerem em formação no final de cada período letivo, pela prova da sua frequência, por recurso à pauta e/ou ata da reunião, onde sejam claramente identificados os alunos da turma.
- iii) As turmas que resultarem da agregação de turmas de reduzida dimensão, nos termos descritos no ponto iii) do Ponto 9.2.1, serão objeto de apoio através da aplicação do escalão de financiamento mais elevado, no caso de não serem do mesmo escalão.
- iv) Sempre que numa escola funcionem vários cursos da mesma tipologia e o número total de alunos não seja superior a 25, os alunos devem ser concentrados numa única turma nas disciplinas e componentes comuns da sua formação, nos termos previstos da alínea k) do n.º 2 do artigo 7.º do Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, na sua atual redação.

9.3. Regras de elegibilidade na modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos (custos reais)

No âmbito das operações a apoiar através da modalidade de custos efetivamente incorridos e pagos, são aplicadas as regras e valores estabelecidos na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, designadamente nos artigos 12.º a 17.º.

9.4. Período de elegibilidade das despesas

Nos termos legal e regulamentarmente previstos, o período de elegibilidade das despesas, em ambas as modalidades de financiamento aplicáveis, poderá estar compreendido entre os 60 dias úteis anteriores à data de apresentação da candidatura e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação que constituem a data limite para a apresentação do saldo final, em conformidade com a alínea d) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

10. DURAÇÃO MÁXIMA DAS OPERAÇÕES A APOIAR

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso têm como **data limite o dia 31 de agosto de 2022.**

11. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o **dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso** e as **18H00 do trigésimo primeiro dia seguido após a data de abertura**, considerando-se o dia útil subsequente, caso esse prazo não termine num dia útil, em função da data de abertura.

12. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e no RECH, ambos os diplomas na sua atual redação e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.

Recomenda-se que a entidade candidata **evite a submissão tardia das candidaturas**, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

13. PROCESSO DE ADMISSÃO, SELEÇÃO E DECISÃO DAS CANDIDATURAS

Havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto e relativo, tendo em conta a dotação indicativa prevista no número 5 do presente aviso.

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de base percentual de 0 a 100, que deve igualmente ser traduzível numa escala qualitativa de forma a sintetizar o mérito da operação nas suas diferentes componentes, a saber:

- Inexistente ou negativo (<50%);
- Médio (>= 50% a <70%);
- Bom (>= 70% a <90%);
- Elevado (>= 90%).

Neste âmbito, é estabelecido que as operações que reúnam a classificação final inferior a 50% não serão objeto de financiamento, bem como as operações acima dessa pontuação para as quais não haja dotação orçamental nos termos do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A maior representatividade feminina nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre géneros no desempenho das mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata, são ponderadas para efeitos de desempate entre candidaturas, quando aplicável, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no Programa;
- ii) **Avaliação do mérito** da operação, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Poch e consubstanciados nas respetivas grelhas de análise, constantes dos anexos VI e VII respetivamente, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 7.º do RECH;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento das operações em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do Poch no prazo de 60 dias úteis a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, sem prejuízo das situações de suspensão de prazo legalmente previstas e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do anexo VIII. O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

14. DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, conforme aplicável, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”, na linha designada “documentos para a memória descritiva”:

- Lista dos contratos afetos à operação, com discriminação das datas de realização, natureza dos bens/serviços, montantes contratualizados, devidamente publicados no portal dos contratos públicos (Base Gov) ou se aplicável no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), atendendo ao enquadramento da entidade beneficiária enquanto entidade adjudicante, nos termos do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de validação de todos os que se verifiquem acima dos limiares comunitários (139 000€ nas aquisições de bens e serviços, se for o Estado; 214 000€ nas aquisições de bens e serviços, se for alguma das outras entidades adjudicantes);
- Demonstrações financeiras do ano anterior, caso a entidade declare não estar abrangida pela legislação nacional referente à contratação pública, nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos;
- Memória Descritiva dos custos solicitados, por rubrica;
- Documentos comprovativos para efeitos de desempate de candidaturas, das situações referidas no ponto 13 do presente Aviso, quando aplicável;
- Outros documentos que a entidade considere relevantes para a análise técnica e financeira da candidatura.

15. REGIME DE FINANCIAMENTO

15.1 Na modalidade de tabela normalizada de custos unitários (custos simplificados)

Ao abrigo da metodologia de custos simplificados, na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários aprovada por deliberação da CIC (Anexo IV), o beneficiário tem direito, para cada candidatura aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 30% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação de situação regularizada em matéria de restituições no âmbito dos financiamentos do Fundo Social Europeu (FSE);
- d) Comunicação do início da operação;
- e) Compromisso de apresentação, através do Sistema de informação, de listagens nominais de alunos por turma apoiada;
- f) Verificação de situação legal e regular de Credenciação Cooperativa, através de Certidão emitida pela CASES, para o caso das entidades legalmente constituídas como Cooperativas.

Com a comunicação da data de início, o beneficiário receberá o adiantamento correspondente ao ano civil do 1º ano letivo da operação, sendo o adiantamento do ano subsequente pago no início do respetivo ano civil.

Os pedidos de reembolso, na modalidade de tabela normalizada de custos unitários devem ser submetidos eletronicamente no sistema de informação e nos termos seguintes:

- 1º Pedido de Reembolso, no final do 1.º período letivo, correspondente aos custos reais com os formandos acrescido de 50% do valor anual apurado através da tabela normalizada de custos unitários. Note-se que este pedido de pagamento corresponderá ao Pedido de Reembolso Intermédio (PRI), no qual será deduzido o valor do adiantamento pago, referente ao ano civil a que corresponde este pedido;
- 2º Pedido de Reembolso, após a conclusão do segundo período letivo, com o equivalente aos custos reais com formandos acrescido de 30% do valor anual apurado nos termos definidos na tabela normalizada de custos unitários;
- Com o término do 3º período letivo, o equivalente aos custos reais com formandos acrescido de 20% do valor anual apurado nos termos definidos na tabela normalizada de custos unitários.

O 3º pedido de pagamento do último ano letivo da operação, corresponderá, assim, ao pedido de saldo final.

Os valores a pagar à entidade beneficiária estão limitados ao valor aprovado no ano em causa e a 85% do valor aprovado para a operação, conforme disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

15.2 Na modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos (custos reais)

Às entidades beneficiárias abrangidas pelo ponto 8.2 aplica-se o regime de financiamento definido na alínea a) do n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, cumprindo-se as restantes condições referidas no número 15.1.

Os pedidos de reembolso, na modalidade de custos efetivamente incorridos e pagos, devem ser submetidos eletronicamente no sistema de informação, e em regra com uma periodicidade igual à prevista para os cursos financiados na modalidade de tabela normalizada de custos unitários (custos simplificados), nos termos referidos no ponto anterior. Não obstante, e apenas para a modalidade de custos efetivamente incorridos e pagos poderá ser autorizada outra periodicidade para a submissão de pedidos de pagamento, a título excecional e mediante solicitação expressa à Autoridade de Gestão.

Nas operações cujo custo total aprovado não exceda os 200 mil euros, a entidade beneficiária tem direito aos adiantamentos nos termos do previsto no Anexo VIII (Nota Metodológica – Projeto de orçamento custo unitário).

15.3 Disposições comuns aos regimes de financiamento

Sem prejuízo do acima disposto, tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, no 1º pedido de reembolso referente a cada ano letivo a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como a manter sempre devidamente atualizada a mesma informação requerida para esse efeito à medida que vão entrando e saindo participantes das ações apoiadas no quadro da operação.

O pedido de pagamento de saldo deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da operação, referente ao período que medeia o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário em regime de custos reais, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão sobre todos os pedidos de reembolso deve ser emitida no prazo de 30 dias úteis a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação. A entidade beneficiária fica obrigada a apresentar um pedido de alteração ao projeto aprovado pela autoridade de gestão, introduzindo as necessárias correções aos dados físicos e financeiros da candidatura, em conformidade com as orientações dos serviços competentes do Ministério da Educação, nos casos em que se verifique a necessidade de juntar ou dividir de turmas, incluindo a eventual transferência de alunos para outro projeto aprovado no mesmo território, de forma a garantir a racionalidade económica e ou qualidade técnico-pedagógica dos cursos.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos números 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A não execução integral do financiamento aprovado para cada ano civil pode dar lugar à revisão da decisão de aprovação, conforme previsto na alínea e) do número 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

16. CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

16.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º do RECH, conjugado com o artigo 18.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada. Assim, o beneficiário deve apresentar na sua candidatura os indicadores de realização e de resultado (metas a atingir) a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

16.2. Os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, no contexto do presente aviso, são os descritos no quadro seguinte:

Tipo de indicador	Indicador	UNIDADE DE MEDIDA	META
Realização	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2, na operação	N.º	(1)
Resultado	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte, na operação ²	%	>=85
	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 ³ , na operação		>=80
	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos seis meses seguintes à conclusão do curso, na operação ⁴		>= 50

(1) Indicador a definir pelo beneficiário em sede de candidatura. Somatório dos alunos a abranger pela presente candidatura.

(2) Aplicável apenas aos que transitam com sucesso para o ano de escolaridade seguinte 2022/2023. O indicador é calculado da seguinte forma: (N.º de jovens que transitam com sucesso para o ano de escolaridade seguinte/N.º de jovens apoiados que iniciaram esse mesmo curso no ano letivo 2021/2022 e não poderiam terminar o mesmo nesse ano letivo)*100.

(3) O indicador é calculado da seguinte forma: (N.º de jovens que terminaram o curso com sucesso no tempo previsto para a sua duração /N.º de jovens apoiados que iniciaram esse mesmo curso nos anos letivos 2020/2021 e 2021/2022) *100).

(4) Aplicável apenas aos que terminaram o curso com sucesso no ano letivo 2021/2022. O indicador é calculado da seguinte forma: (N.º pessoas apoiadas que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes à conclusão com sucesso do respetivo curso /N.º de pessoas que terminaram o curso com sucesso)*100.

16.3. O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos quer de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, designadamente nos seguintes termos:

- i) Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos resultados contratualizados, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível a pagar no saldo final, até um máximo de 5 %;
- ii) A penalização prevista no ponto anterior só se aplica quando a média simples do indicador de realização e dos indicadores de resultado alcançados seja inferior a 80% dos resultados contratualizados, ou 70% quando se trate de operações que decorram em territórios de baixa densidade¹;
- iii) Se o nível de execução for inferior a 50% face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela autoridade de gestão.
- iv) Os resultados contratados podem ser objeto de revisão pela autoridade de gestão, mediante pedido do beneficiário quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, incontornáveis e não imputáveis ao beneficiário e desde que a operação continue a garantir as condições de seleção do respetivo concurso.

17. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Poch, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 7.º do RECH.

18. REGRAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOBRE O FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente a menção “cofinanciado por” seguida dos logótipos do Poch, do Portugal 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas disponíveis para consulta e *download* no Site do Poch, [aqui](#).

19. CONSULTA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

No Sítio do [Portugal 2020](#) ou do [POCH](#) encontram-se disponíveis:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora, guias e orientações;

¹ Os territórios de baixa densidade encontram-se delimitados na Deliberação n.º 23/2015 da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal 2020, de 26 de março, alterada pela Deliberação n.º 55/2015, de 1 de julho, da mesma Comissão.



- b) Acesso ao suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) Pontos de contacto para obter informações adicionais.

Neste contexto recomenda-se em particular a consulta do [Guia do Beneficiário do POCH](#).

20. PONTO DE CONTACTO

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Capital Humano

Avenida João Crisóstomo nº 11 – 1000-177 Lisboa – Portugal,

Telefone (*Call center*): +351 215976790

Correio eletrónico: poch@poch.portugal2020.pt

Lisboa, 07 de janeiro de 2022

Programa Operacional Capital Humano

O Presidente da Comissão Diretiva

Joaquim Bernardo



Cofinanciado por:



União Europeia
Fundo Social Europeu



ANEXO I – Deliberação n.º 27/2021 da CIC Portugal 2020



Deliberação n.º 27/2021

Criação de Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030

O Portugal 2020 apresenta uma taxa de compromisso muito elevada, atingindo 115% em junho de 2021, e na maioria das tipologias de apoio, níveis de execução elevados.

Neste contexto, alguns instrumentos de política pública de natureza continuada e que têm vindo a ser cofinanciados no período de programação 2014-2020 observam constrangimentos na sua implementação a partir do segundo semestre do corrente ano, dada a forte escassez de verbas do Portugal 2020.

O futuro Portugal 2030 encontra-se em fase de negociação, sendo expectável que os Programas Operacionais venham a ser aprovados pela Comissão Europeia apenas a partir do primeiro trimestre de 2022. Conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 63.º do Regulamento (EU) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, a data de elegibilidade das despesas é determinada de acordo com as regras nacionais e da União, sendo possível a partir de 1 de janeiro de 2021.

Através desta deliberação é criado um mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030, de modo a continuar a garantir o financiamento de medidas de política pública com forte impacto na melhoria da coesão social e territorial e da competitividade, ainda antes da aprovação dos Programas Operacionais do Portugal 2030.

Assim, a Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, deliberou, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, na sua atual redação e ao abrigo do disposto no artigo 6.º do seu regulamento interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 27/2019, de 13 de novembro, aprovar o seguinte:

- 1- Autorizar as Autoridades de Gestão do Portugal 2020 a publicar avisos de abertura de candidaturas para medidas de política com impacte relevante na melhoria da coesão social e territorial e da competitividade, nos termos do regime normativo em vigor constante do Portugal 2020, para posterior integração em Programas Operacionais do Portugal 2030.
- 2- A abertura de cada concurso é precedida de despacho de autorização dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela coordenação da CIC Portugal 2020 e da respetiva comissão especializada da CIC Portugal 2020, o qual identifica a tipologia de instrumento a apoiar, o montante a alocar ao aviso

1 / 2

de abertura de concurso e a justificação para o acionamento do mecanismo extraordinário de antecipação

- 3- A autorização referida no número anterior determina a aprovação de overbooking no montante a alocar ao aviso de abertura de concurso, em derrogação do estabelecido na Deliberação n.º 08/2019, de 9 de abril de 2019.
- 4- Os avisos de abertura de candidaturas respeitam em simultâneo os regulamentos comunitários dos dois períodos de programação e explicitam que os respetivos promotores aceitam o possível reenquadramento das operações no Portugal 2030.
- 5- A seleção das operações e os pagamentos aos beneficiários serão efetuados nos termos constantes do aviso de abertura de candidaturas.
- 6- A despesa objeto das operações aprovadas não pode ser certificada à Comissão Europeia no âmbito do Portugal 2020.
- 7- Os pagamentos efetuados aos beneficiários no decurso do presente mecanismo de antecipação, serão efetuados pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., no âmbito da gestão de tesouraria do Portugal 2020, de acordo com instruções da respetiva Autoridade de Gestão do Portugal 2020.
- 8- Após a aprovação do Portugal 2030 e validado o cumprimento dos requisitos constantes no respetivo Programa Operacional e na regulamentação nacional aplicável, as operações passíveis de reenquadramento serão objeto de integração formal no sistema e a sua execução acompanhada e validada pela respetiva Autoridade de Gestão.
- 9- Os apoios aprovados ao abrigo do presente mecanismo aplicam-se a situações extraordinárias, devidamente identificadas e justificadas, não pressupondo qualquer compromisso de continuidade do financiamento pelo Portugal 2030.
- 10- A presente Deliberação produz efeitos a partir de 16 de agosto até à aprovação dos Programas Operacionais do Portugal 2030.

CIC Portugal 2020, 23 de agosto de 2021

O Secretário de Estado do Planeamento

Ricardo Furtado
Pinheiro

Assinado de forma digital
por Ricardo Furtado Pinheiro
Dados: 2021.08.23 14:17:16 Z

(Ricardo Pinheiro)

[ao abrigo do Despacho n.º 11978-D/2020, de 9 de dezembro]

2 / 2

ANEXO II – Despacho n.º 9177/2021



Diário da República, 2.ª série

PARTE C

N.º 181

16 de setembro de 2021

Pág. 23

FINANÇAS, PLANEAMENTO E EDUCAÇÃO

Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e dos Ministros
do Planeamento e da Educação

Despacho n.º 9177/2021

Sumário: Autorização de lançamento de avisos de abertura de candidaturas para o ano letivo de 2021-2022 para os cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens.

Considerando que:

Existem instrumentos de política pública de natureza continuada que têm vindo a ser cofinanciados no período de programação de 2014-2020, mas que experimentam constrangimentos na sua implementação a partir do segundo semestre do corrente ano, em resultado da escassez de verbas na atual fase do Portugal 2020.

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria — CIC Portugal 2020 aprovou, através da Deliberação n.º 27/2021, de 23 de agosto de 2021, um mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030, com vista a continuar a garantir o financiamento de medidas de política pública com forte impacto na melhoria da qualidade de vida e da coesão territorial, mesmo antes da aprovação dos seus Programas Operacionais.

Nos termos daquela deliberação, a abertura de cada concurso é precedida de despacho de autorização dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela coordenação da CIC Portugal 2020 e pela respetiva comissão especializada da CIC Portugal 2020, que identifica a tipologia de instrumento a apoiar, o montante a alocar ao aviso de abertura de concurso e a justificação para o acionamento do mecanismo extraordinário de antecipação.

O Programa Operacional Capital Humano (PO CH) tem vindo nas áreas da educação e formação de jovens a cofinanciar nomeadamente os cursos profissionais e cursos educação e formação de jovens.

Contudo, o PO CH não dispõe neste momento de dotação necessária à assunção do financiamento do ano letivo de 2021-2022 das ofertas formativas para os cursos profissionais e cursos educação e formação de jovens.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É autorizada a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Capital Humano a proceder ao lançamento de quatro novos avisos de abertura de candidaturas, por concurso, para as tipologias de operação Cursos Profissionais (1.6) e Cursos Educação e Formação de Jovens (1.3), para o ano letivo de 2021-2022, para as escolas públicas e privadas, até aos seguintes montantes de Fundo Social Europeu:

- a) Cursos profissionais — 255 000 000 euros (duzentos e cinquenta e cinco milhões de euros);
- b) Cursos educação e formação de jovens — 17 000 000 euros (dezassete milhões de euros).

2 — A abertura dos presentes avisos fundamenta-se na necessidade de continuar a garantir o financiamento do ano letivo de 2021-2022 dos cursos identificados no número anterior, que se consideram da maior relevância para a qualificação dos respetivos beneficiários.

3 — As operações relativas ao ano letivo de 2021-2022, aprovadas no âmbito do aviso de abertura de candidaturas referido no n.º 1, serão passíveis de reenquadramento no Portugal 2030 ou ainda no Portugal 2020 por eventuais verbas sobranças do PO CH e, nas situações em que a despesa não seja elegível, por fundos nacionais.

4 — O apoio aprovado ao abrigo do presente despacho não pressupõe qualquer compromisso de continuidade deste volume de financiamento pelo Portugal 2030 em condições idênticas para os anos letivos subsequentes ao ano letivo de 2021-2022.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua última assinatura.

7 de setembro de 2021. — O Ministro de Estado e das Finanças, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — O Ministro do Planeamento, *Ángelo Nelson Rosário de Souza*. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

314556854

www.dre.pt

ANEXO III – Tabela de custos unitários

Escalões	Custo Turma Anual	
	T2	T3
1	46.073,93	52.856,89
2	46.930,00	53.749,48
3	47.720,34	54.573,52
4	48.709,30	55.604,67

Área de Educação e Formação	Cursos de Educação e Formação (CEF)	Montante Subsídio € (Ano letivo)		Escalão de Custo
		T2	T3	
213 — Audiovisuais e Produção dos Media	Operador/a Gráfico/a de Acabamentos	48.709,30	55.604,67	4
	Operador/a de Fotografia	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Impressão	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Pré-Impressão	47.720,34	54.573,52	3
215 — Artesanato	Florista	48.709,30	55.604,67	4
	Canteiro/a	48.709,30	55.604,67	4
	Oleiro/a	48.709,30	55.604,67	4
	Calceteiro/a	48.709,30	55.604,67	4
	Assistente de Ourivesaria	48.709,30	55.604,67	4
	Artífice de Ferro	48.709,30	55.604,67	4
	Artífice Tanoeiro/a	48.709,30	55.604,67	4
	Bordador/a	48.709,30	55.604,67	4
341 — Comércio	Operador/a de Distribuição	46.073,93	52.856,89	1
	Operador/a de Logística	46.073,93	52.856,89	1
346 — Secretariado e Trabalho Administrativo	Assistente Administrativo/a	46.073,93	52.856,89	1
481 — Ciências Informáticas	Operador/a de Informática	46.073,93	52.856,89	1
521 — Metalurgia e Metalomecânica	Desenhador/a de Construções Mecânicas	46.930,00	53.749,48	2
	Eletromecânico/a de Manutenção Industrial	46.930,00	53.749,48	2
	Serralheiro/a Civil	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Fundição Injetada	46.930,00	53.749,48	2
	Fresador/a Mecânico/a	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Máquinas Ferramentas	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Máquinas Ferramenta CNC	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Fundição	46.930,00	53.749,48	2

Área de Educação e Formação	Cursos de Educação e Formação (CEF)	Montante Subsídio € (Ano letivo)		Escala de Custo
		T2	T3	
	Serralheiro/a Mecânico/a	46.930,00	53.749,48	2
	Serralheiro/a de Moldes, Cunhos e Cortantes	46.930,00	53.749,48	2
	Serralheiro/a Mecânico/a de Manutenção	46.930,00	53.749,48	2
	Soldador/a	46.930,00	53.749,48	2
522 — Eletricidade e Energia	Eletricista de Instalações	46.930,00	53.749,48	2
	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos	46.930,00	53.749,48	2
	Eletromecânico/a de Refrigeração e Climatização- Sistemas Domésticos e Comerciais	46.930,00	53.749,48	2
	Eletricista de Redes	46.930,00	53.749,48	2
523 — Eletrónica e Automação	Operador/a de Eletrónica/Industrial e Equipamentos	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Eletrónica/Telecomunicações	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Eletrónica/Instrumentação, Controlo e Telemanutenção	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Eletrónica/Domótica	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Eletrónica/Computadores	46.930,00	53.749,48	2
	Instalador/a - Reparador/a de Áudio, Rádio, TV e Vídeo	46.930,00	53.749,48	2
	Instalador/a - Reparador/a de Computadores	46.930,00	53.749,48	2
525 — Construção e Reparação de Veículos a Motor	Eletricista de Automóveis	46.930,00	53.749,48	2
	Mecânico/a de Automóveis Ligeiros	46.930,00	53.749,48	2
	Reparador/a de Motociclos	46.930,00	53.749,48	2
	Mecânico/a de Serviços Rápidos	46.930,00	53.749,48	2
	Mecânico/a de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias	46.930,00	53.749,48	2
	Pintor/a de Veículos	46.930,00	53.749,48	2
	Reparador/a de Carroçarias de Automóveis Ligeiros	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Construção e Reparação Naval	46.930,00	53.749,48	2
	Mecânico/a de Equipamentos de Movimentação de Terras	46.930,00	53.749,48	2
541 — Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a - Padeiro/a	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Transformação do Pescado	47.720,34	54.573,52	3
542 — Indústrias de Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Modista	47.720,34	54.573,52	3
	Costureiro/a Industrial de Malhas	47.720,34	54.573,52	3

Área de Educação e Formação	Cursos de Educação e Formação (CEF)	Montante Subsídio € (Ano letivo)		Escalão de Custo
		T2	T3	
	Costureiro/a Industrial de Tecidos	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Tricotagem	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Fiação	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Tecelagem	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Fabrico de Calçado	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Fabrico de Marroquinaria	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Tinturaria	47.720,34	54.573,52	3
543 — Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros)	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário	46.930,00	53.749,48	2
	Carpinteiro/a / Carpinteiro/a de Limpos	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Granulação e Aglomeração de Cortiça	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Máquinas de Segunda Transformação da Madeira	46.930,00	53.749,48	2
	Marceneiro/a	46.930,00	53.749,48	2
	Formista/Moldista	46.930,00	53.749,48	2
	Pintor/a / Decorador/a	46.930,00	53.749,48	2
	Preparador/a de Cortiça	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Transformação de Cortiça	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Máquinas de Produção de Artigos em Vidro	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Cerâmica	46.930,00	53.749,48	2
	Vidreiro/a	46.930,00	53.749,48	2
544 — Indústrias Extrativas	Operador/a Mineiro/a	46.073,93	52.856,89	1
	Operador/a de Salinas Tradicionais	46.073,93	52.856,89	1
582 — Construção Civil e Engenharia Civil	Pedreiro/a	46.930,00	53.749,48	2
	Canalizador/a	46.930,00	53.749,48	2
	Condutor/a Manobrador/a de Equipamento de Movimentação de Terras	46.073,93	52.856,89	1
	Operador/a de CAD – Construção Civil	46.930,00	53.749,48	2
	Ladrilhador/a / Azulejador/a	46.930,00	53.749,48	2
	Pintor/a de Construção Civil	47.720,34	54.573,52	3
	Condutor/a / Manobrador/a de Equipamentos de Elevação	46.073,93	52.856,89	1
621 — Produção Agrícola e Animal	Operador/a de Máquinas Agrícolas	48.709,30	55.604,67	4
	Operador/a Agrícola	48.709,30	55.604,67	4

Área de Educação e Formação	Cursos de Educação e Formação (CEF)	Montante Subsídio € (Ano letivo)		Escalão de Custo
		T2	T3	
	Operador/a de Pecuária	48.709,30	55.604,67	4
	Tratador/a de Animais em Cativeiro	48.709,30	55.604,67	4
	Tratador/a / Desbastador/a de Equinos	48.709,30	55.604,67	4
	Operador/a Apícola	48.709,30	55.604,67	4
622 — Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem	46.073,93	52.856,89	1
	Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (<i>Golf Keeper</i>)	46.073,93	52.856,89	1
623 — Silvicultura e Caça	Operador/a Florestal	46.073,93	52.856,89	1
	Motosserrista	46.073,93	52.856,89	1
	Sapador/a Florestal	46.073,93	52.856,89	1
624 — Pescas	Operador/a Aquícola	46.073,93	52.856,89	1
729 — Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação	Operador/a de Hidrobalneoterapia	47.720,34	54.573,52	3
761 — Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	Cuidador/a de Crianças e Jovens	46.073,93	52.856,89	1
762 — Trabalho Social e Orientação	Agente em Geriatria	46.073,93	52.856,89	1
	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	46.073,93	52.856,89	1
811 — Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a	47.720,34	54.573,52	3
	Operador/a de Manutenção Hoteleira	46.073,93	52.856,89	1
	Empregado/a de Andares	46.073,93	52.856,89	1
	Empregado/a de Restaurante/Bar	47.720,34	54.573,52	3
815 — Cuidados de Beleza	Assistente de cabeleireiro/a	47.720,34	54.573,52	3
	Manicura-Pedicura	47.720,34	54.573,52	3
	Assistente de Cuidados de Beleza	47.720,34	54.573,52	3
841 — Serviços de Transporte	Marinheiro/a	46.073,93	52.856,89	1
	Maquinista Marítimo/a	46.073,93	52.856,89	1
850 — Proteção do Ambiente - Programas Transversais	Operador/a de Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos	46.930,00	53.749,48	2
	Operador/a de Sistemas de Tratamento de Águas	46.930,00	53.749,48	2

ANEXO IV – Deliberação n.º 8/2018 da CIC Portugal 2020

Deliberação n.º 8/2018

Metodologia de aplicação de custos simplificados no âmbito dos Cursos de Educação e Formação de Jovens

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, deliberou, por consulta escrita, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 12 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e no n.º 3 do artigo 16.º do Regulamento que Estabelece Normas Comuns sobre o Fundo Social Europeu, aprovado pela Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.ºs 242/2015, de 13 de agosto, 122/2016, de 4 de maio, 129/2017, de 5 de abril, e 19/2018, de 17 de janeiro, ao abrigo do artigo 6.º do seu Regulamento Interno, aprovado em anexo à Deliberação n.º 83/2015, de 21 de dezembro:

- a) Aprovar a metodologia de custos simplificados, na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, no âmbito dos Cursos de Educação e Formação de Jovens, previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.ºs 181-A/2015, de 19 de junho, 190-A/2015, de 26 de junho, 148/2016, de 23 de maio, 311/2016, de 12 de dezembro, e n.º 2/2018, de 2 de janeiro, aprovados pelo Programa Operacional Temático Capital Humano e pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e do Algarve, em

1 | 12

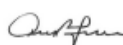
conformidade com as regras constantes do documento metodológico em anexo à presente deliberação e que dela faz parte integrante;

- b) Fixar um sistema de financiamento específico que consiste em 30% de adiantamento do financiamento público aprovado para cada um dos anos de financiamento;
- c) Revogar as Deliberações n.ºs 2-H/2016, de 20 de abril, 2-E/2017, de 9 de maio, e 5/2018, de 1 de março;
- d) A presente deliberação produz efeitos à data da sua assinatura.

CIC Portugal 2020, 26 de abril de 2018

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

(Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª série do Diário da República de 16 de fevereiro)


Ángelo Nelson
Rosário de Souza
2018.04.26 19:12:00
+01'00'

(Nelson de Souza)

ANEXO

Metodologia de aplicação de Opções de Custos Simplificados

Cofinanciamento através da modalidade de Tabela Normalizadas de Custos Unitários,

Conforme alínea c) do n.º 2, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e
na alínea b) do n.º 1 do artigo 67.º do Regulamento Geral (Reg. EU n.º 1303/2013)

Cursos de Educação e Formação

1. Sumário

Tipologia de operação:

- Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)

Enquadramento no domínio temático do Capital Humano

- Prioridade de Investimento:

10.i - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação, conforme Decisões de Aprovação da Comissão Europeia C (2014) 9788, de 12 de dezembro de 2014 e C (2014) 10186, de 18 de dezembro de 2014, para os Programas Operacionais dos Capital Humano e Programas Operacionais Regionais de Lisboa e Algarve, respetivamente.

- Âmbito de aplicação

PI	PO	Eixo
Cursos de Educação e Formação de Jovens		
10.i	PO CH	1
	POR Lisboa	7
	POR Algarve	7

3 | 12

2. Modelo de custos simplificados

A metodologia de custos simplificados, na modalidade de tabelas normalizadas de custos unitários, a aplicar, para financiamento dos custos de funcionamento dos cursos de educação e formação de jovens (CEF), ministrados por entidades proprietárias de escolas profissionais privadas e entidades proprietárias de ensino particular e cooperativo, assume os seguintes pressupostos:

- i. Existem duas tipologias de cursos CEF elegíveis: tipologias 2 e 3¹ - Os apoios ao funcionamento das operações têm por base o custo curso/tipologia/turma/ano letivo².

Tipologia 2 – cursos frequentados por jovens com idade igual ou superior a 15 anos e que completaram o 6.º ano de escolaridade ou frequentaram, com ou sem aproveitamento, o 7.º ano de escolaridade, ou ainda aqueles que frequentaram, sem aproveitamento, o 8.º ano de escolaridade;

Tipologia 3 – cursos frequentados por jovens com idade igual ou superior a 15 anos com o 8.º ano de escolaridade ou frequência, sem aprovação, do 9.º ano.

1. O apuramento do financiamento em função de:

- a) Classificação do curso por tipologia e por escalão, conforme tabela de custos unitários.

Existem 8 categorias de custos, 4 para cada uma das tipologias:

Custo curso/tipologia/turma/ano letivo

Escalões	Tipologia 2	Tipologia 3
1	46.073,93 €	52.856,89 €
2	46.930,00 €	53.749,48 €
3	47.720,34 €	54.573,52 €
4	48.709,30 €	55.604,67 €

- b) Número de alunos por turma.

¹ Nos termos definidos no n.º 3 do artigo 14.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 02 de março, na sua atual redação.

² Adotada pela Deliberação n.º 2-E/2017, de 9 de maio, em substituição da tabela contante como Anexo I do Despacho n.º 11497/2012, de 24 de agosto, que constitui a 4.ª alteração ao Despacho n.º 18228/2008, de 8 de julho.

2. O valor curso/turma/ano letivo é objeto de redução nas seguintes situações:

- a) Turmas com menos de 15 alunos - redução de 5% por aluno abaixo deste limite;
- b) Turmas com menos de 8 alunos: não há lugar a apoio.

A tabela de cursos poderá ser objeto de alteração por via da incorporação de novos cursos, supressão de outros ou reclassificação dentro das tipologias existentes, conforme decorra do estabelecido na política pública. Nesses casos deverá o aviso para apresentação de candidaturas incorporar a versão da tabela em vigor para aquele período de candidatura.

A alteração dos escalões constantes da tabela acima apresentada implicará a alteração desta metodologia.

ii. Aprovação

A atribuição do apoio decorre do apuramento dos montantes associados a cada turma, em função da tipologia e do valor atribuído pela tabela de custos unitários e do número de alunos previsto.

iii. Execução - São definidos três momentos de apresentação de pedidos de pagamento

- a. Fim do 1.º período letivo - 50% do valor apurado em função do número de alunos no final do 1.º período
- b. Fim do 2.º período letivo - 30% do valor apurado em função do número de alunos no final do 2.º período
- c. Fim do 3.º período letivo - 20% do valor apurado em função do número de alunos no final do 3.º período

iv. Regime de Financiamento/Pagamentos

- Adiantamentos anuais → 30% do montante aprovado para o ano civil
- 1.º PP → valor apurado - Adiantamento do ano
- 2.º PP → valor apurado
- 3.º PP → valor apurado
- O total de pagamentos no ano (adiantamento e reembolsos) está limitado ao valor aprovado para o ano civil
- O total de pagamentos na operação (adiantamento e reembolsos) está limitado a 85% do valor aprovado na operação

5 | 12

2.1 Objetivos a atingir com a aplicação do modelo

Os objetivos principais deste modelo são:

- Simplificar a utilização e a transparência dos FEEI - Fundos Europeus e Estruturais de Investimento - com a aplicação de uma tabela de custos unitários;
- Reiterar a abordagem da orientação dos FEEI para resultados, valorizando a avaliação dos aspetos qualitativos;
- Aprofundar um mecanismo de execução simplificado, desburocratizando e racionalizando os procedimentos das entidades beneficiárias, designadamente ao nível da respetiva demonstração de custos;
- Possibilitar a certificação da despesa à Comissão Europeia com maior regularidade face ao modelo em vigor.

2.2 Entidades competentes para a aceitação da metodologia

Nos termos do disposto no n.º3 do artigo 16.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, nas operações realizadas na modalidade de custos simplificados³, a respetiva modalidade é fixada por deliberação da CIC Portugal 2020, sob proposta das Autoridades de Gestão e respetivo parecer prévio da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C), em função da sua adequação à metodologia adotada.

2.3 Disposições transitórias

Nos termos das Orientações sobre as Opções de Custos Simplificados (OCS) da Comissão Europeia, “no caso das operações plurianuais, é possível encerrar as contas e as atividades correspondentes da operação após a realização de uma primeira parte da operação e introduzir de seguida a opção de financiamento por taxa fixa, as tabelas normalizadas de custos unitários ou os montantes fixos para a parte/período restante da operação” (vide pág. 23).

Neste enquadramento, e sendo admissível a transição da modalidade de financiamento – de custos reais para custos simplificados – também, num sentido mais lato, poderão ocorrer alterações na metodologia desde que seja assegurada a identificação e separação dos períodos em que os custos são declarados com base em cada uma das metodologias.

Neste contexto, importa assegurar que sejam observados cumulativamente os seguintes requisitos:

³ Na aceção das linhas c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

- Apesar de a operação aprovada poder reportar-se a um ciclo letivo, a mesma tem de ser fracionável, isto é, no caso em análise dos CEF, a metodologia nova ou revista tem de abranger no mínimo um ano letivo na íntegra, uma vez que o custo unitário definido é um montante por ano letivo;
- Têm de ser encerradas as contas para cada uma das metodologias, implicando, portanto, a existência de um reembolso equivalente a um saldo intermédio da operação, coincidente com o término de uma fração;
- Têm de ser respeitados os montantes totais de aprovação da operação, independentemente da metodologia adotada em função desse fracionamento da operação, garantindo-se assim que daí não resulta prejuízo para os beneficiários, ou resultando uma aprovação de valor inferior, desde que o beneficiário expressamente solicite a aplicação de nova metodologia, por conveniência;
- Uma vez que os pressupostos que presidem à fundamentação da decisão de aprovação da operação são alterados por via da metodologia nova ou revista, estamos perante um ato administrativo de 2.º grau, isto é, uma decisão que altera decisão prévia, pelo que os termos da mesma têm de ser notificados aos respetivos beneficiários, incluindo o novo regime de financiamento na sua base, observando toda a tramitação em termos de procedimento administrativo, relevando, em particular, a necessidade de ouvir o interessado no procedimento, mediante a competente fase de audiência prévia.

2.4 Componente de Custos Reais

Os apoios diretos aos formandos são financiados em regime de custos reais⁴, contra apresentação dos documentos de despesa, nos momentos previstos para a componente do apoio financiado em regime de custos simplificados.

3. Tipologia de Operação

3.1 Enquadramento

Na prossecução da meta nacional em matéria de redução do abandono escolar precoce fixada no Acordo de Parceria - atingir os 10% em 2020 - para a concretização dos objetivos fixados neste domínio pela Estratégia Europa 2020 (EE 2020), assumem particular importância as modalidades formativas que pretendem assegurar a inclusão de todos no percurso escolar, impulsionando medidas que promovam a qualidade do ensino e o sucesso escolar, designadamente através de ofertas mais adaptadas aos jovens que procuram um ensino mais prático, mais próximo do tecido empresarial, sem prejuízo de uma sólida formação geral.

⁴ Nos termos definidos no artigo 13.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março, na sua atual redação.

3.2 Descrição da Tipologia de Operação

Os CEF foram aprovados pelo Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, retificado pela Retificação n.º 1.673/2004, de 7 de setembro, e alterado pelo Despacho n.º 12.568/2010, de 4 de agosto, e pelo Despacho n.º 9.752-A/2012, de 18 de julho, constituindo-se como um dos percursos de carácter dual, estando preferencialmente destinados a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a escola antes da conclusão da escolaridade obrigatória.

3.2.1 Beneficiários

Constituem-se como beneficiários desta tipologia, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua atual redação, as seguintes entidades, desde que o respetivo funcionamento esteja previamente autorizado pelo Ministério competente:

- a) Escolas profissionais públicas;
- b) Estabelecimentos públicos de educação;
- c) Entidades proprietárias de escolas profissionais privadas;
- d) Entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

O âmbito da aplicação do modelo de tabelas normalizadas de custos unitários incide apenas sobre os beneficiários identificados nas alíneas c) e d).

3.2.2 Destinatários

Esta oferta formativa destina-se aos seguintes públicos-alvo:

- a) Jovens com idade igual ou superior a 15 anos e que completaram o 6.º ano de escolaridade ou frequentaram, com ou sem aproveitamento, o 7.º ano de escolaridade, ou ainda àqueles que frequentaram, sem aproveitamento, o 8.º ano de escolaridade para os cursos de tipo 2;
- b) Jovens com idade igual ou superior a 15 anos com o 8.º ano de escolaridade ou frequência, sem aprovação, do 9.º ano, para os cursos do tipo 3.

12 | 43

3.2.3 Constituição das Turmas

A constituição das turmas é definida por Despacho Conjunto⁵. A cada aviso, para apresentação de candidaturas, serão aplicados os limites decorrentes da política pública para aquele período de candidatura.

É possível agregar componentes de formação comuns, ou disciplinas comuns, de dois cursos diferentes numa só turma, nos termos definidos no diploma que regulamenta a constituição de turmas.

4. Aplicação da metodologia de custos simplificados - Tabela Normalizada de Custos Unitários

4.1 Descrição da metodologia

O regime de financiamento através de uma tabela normalizada de custos unitários aplicável aos CEF decorre do modelo já utilizado no anterior período de programação - QREN. Com efeito, o Despacho n.º 1402/2011, de 17 de janeiro, através do qual foi republicado o regulamento específico desta tipologia de intervenção, no âmbito do QREN, veio regulamentar a aplicação desta modalidade de financiamento aos projetos que beneficiavam de cofinanciamento do FSE, pela adoção dos valores dos apoios que, àquela data, já se praticavam no país, através do modelo de financiamento público nacional dos cursos de educação e formação de jovens, ministrados por escolas profissionais privadas da região de Lisboa e Algarve.

Este modelo apesar de demonstrar resultados muito positivos, nomeadamente em matéria de simplificação administrativa, apresenta alguns constrangimentos na sua aplicação no atual período de programação, designadamente em matéria de periodicidade da certificação de despesa à Comissão.

A presente proposta visa assim superar aqueles constrangimentos, agilizando o modelo de financiamento através da definição de três momentos de pedidos de reembolso por ano letivo, associados aos períodos letivos estabilizados na política pública.

Ao valor resultante da aplicação da tabela normalizada de custos unitários por curso/turma/ano é acrescido o montante correspondente aos apoios diretos a formandos, os quais são financiados em regime de custos reais.

⁵ O Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, retificado pela Retificação n.º 1.673/2004, de 7 de setembro e alterado pelo Despacho n.º 12.568/2010, de 4 de agosto e pelo Despacho n.º 9.752-A/2012, de 18 de julho, na alínea h) do n.º 2 do artigo 7.º, fixa um mínimo de 15 alunos por turma e um máximo de 25 alunos, podendo ser excepcionalmente elegíveis e desde que devidamente autorizadas pelo membro do governo competente, turmas abaixo dos mínimos estabelecidos.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura e a comunicação da data de início em cada ano confere à entidade beneficiária o direito a um adiantamento de 30% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil. A taxa de adiantamento mais elevada do que a prevista na regulamentação nacional do FSE é justificada pelo facto dos momentos de apresentação dos pedidos de pagamento serem em menor número do que o previsto atualmente.

Durante o período de execução da operação a entidade deverá apresentar 3 pedidos de pagamento por ano letivo, nos seguintes termos:

- No final do primeiro período letivo, o correspondente aos custos reais com os formandos que permanecem em formação, acrescido de 50% do valor anual apurado nos termos definidos na tabela normalizada de custos unitários.
Este pedido corresponde ao Pedido de Reembolso Intermédio (PRI) no qual será deduzido o valor do adiantamento pago referente ao ano civil a que corresponde este pedido de pagamento;
- Após a conclusão do segundo período letivo, o equivalente aos custos reais com os formandos que permanecem em formação, acrescido de 30% do valor anual apurado nos termos definidos na tabela normalizada de custos unitários;
- Com o término do terceiro período letivo, o equivalente aos custos reais com os formandos que permanecem em formação, acrescido de 20% do valor anual apurado nos termos definidos na tabela normalizada de custos unitários.

Os valores a pagar à entidade beneficiária estão limitados ao valor aprovado no ano civil em causa e a 85% do valor aprovado para o projeto até ao Saldo, cf. o disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

4.2 Descrição das regras de redução de financiamento

Quando as turmas autorizadas registem um número de alunos inferior a 15 opera-se uma redução do valor anual por turma e por curso correspondente a 5% por cada aluno abaixo do limite referido.

A referida redução ao financiamento incide sobre o montante do escalão correspondente ao curso em causa, sendo aplicada, quer em sede de análise de candidatura, em função do número de alunos previsto, quer em sede de execução, em função do número de alunos que permanece em formação.

Em sede de execução, o valor elegível será apurado considerando os alunos que permanecem em formação no final

10 | 12

de cada período letivo, pela prova da sua frequência, conforme descrito de seguida, no ponto 4.3.

4.3 Fórmula de cálculo do montante elegível

O montante elegível em execução será apurado no final de cada período letivo por aplicação das seguintes fórmulas:

- Se n.º alunos em formação >= limite mínimo definido

$$\text{Custo elegível} = \text{despesa validada R1} + 50\% | 30\% | 20\% \times \text{custo/turma/ano letivo}$$

- Se n.º alunos em formação < limite mínimo definido

$$\text{Custo elegível} = \text{despesa validada R1} + 50\% | 30\% | 20\% \times \text{custo/turma/ano letivo} - (50\% | 30\% | 20\% \times \text{custo/turma/ano letivo} \times 5\% \times \text{n.º alunos desistentes})$$

4.4 Evidências e verificação

O recurso à pauta, onde sejam claramente identificados os alunos da turma, e/ou à ata da reunião, onde sejam claramente identificados os alunos da turma, constitui a evidência de que o aluno permanece em formação no final de cada período letivo.

4.5 Regime de contratação pública

Em matéria de contratação pública, e no que se refere aos custos com os formandos, componente financiada em regime de custos reais, mantém-se a obrigatoriedade da verificação da conformidade dos procedimentos de contratação pública para os contratos afetos às operações.

No que diz respeito ao montante associado aos custos unitários:

- A contratação pública não é matéria objeto de verificação administrativa em sede de candidatura, sem prejuízo do cumprimento, pelas entidades beneficiárias, da legislação nacional em vigor;
- Em sede de verificações administrativas, associadas a pedidos de pagamento, não existe a obrigatoriedade de analisar procedimentos utilizados na adjudicação de contratos públicos, sem prejuízo do cumprimento da legislação nacional em vigor pelas entidades beneficiárias;
- Em sede de auditorias temáticas horizontais poderão ser examinados os procedimentos utilizados na adjudicação de contratos públicos, sendo que nestes casos o objetivo consistirá na verificação do respeito pelos procedimentos e não para auditar os montantes pagos;

44 |

- Em situações de suspeita de fraude os procedimentos utilizados na adjudicação de contratos públicos podem ser objeto de auditorias pontuais.

5. Legislação

- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro;
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 06 de outubro;
- Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;
- Regulamento (UE) n.º 1304/2013, de 17 de dezembro;
- Portaria n.º 60-C/2015, de 02 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, e n.º 2/2018, de 2 de janeiro;
- Portaria n.º 60-A/2015, de 02 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, 04 de maio, e n.º 129/2017, de 05 de abril;
- Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, retificado pela Retificação n.º 1.673/2004, de 7 de setembro, e alterado pelo Despacho n.º 12.568/2010, de 4 de agosto, e pelo Despacho n.º 9.752-A/2012, de 18 de julho.

Documentação técnica:

- Orientações sobre as Opções de Custos Simplificados (OCS), Financiamento por taxa fixa, tabelas normalizadas de custos unitários, montantes fixos - Comissão Europeia, setembro de 2014;
- Proposta de Ato Delegado da Comissão Europeia C (2017) 5.825, de 29 de agosto.

ANEXO V - Critérios de seleção

Eixo	1	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
-------------	---	---

Prioridade de Investimento	10.i)	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação pré-escolar, ensino básico e secundário, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação	
Objetivo Específico	1.1.1	Aumentar o sucesso escolar e reduzir o abandono, melhorando a qualidade e eficiência do sistema de educação e de formação e das condições de aprendizagem ao nível da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário	
Indicadores de Resultado	Indicador		Meta 2023
	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2		80%
	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos de nível ISCED2		85%
Indicadores de Realização	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2		44.650


Tipologia de operações	Tipo de beneficiários
Cursos de Educação e Formação de Jovens - CEF	Escolas públicas e privadas que organizem estas ofertas formativas

Critérios de Seleção aplicáveis		Categoria
1.	Níveis de abandono, insucesso e/ou desistência na escola e na região	A
2.	Nível de sucesso escolar (taxa de conclusão) e qualidade das formações realizadas na escola, bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade na oferta de nível secundário	A
3.	Relevância da formação proposta face às necessidades regionais, avaliada nomeadamente pelo número potencial de alunos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação e adequação às saídas profissionais prioritárias	A
4.	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e	C

	desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho	
5.	Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e região e o apoio à inserção profissional dos diplomados	A
6.	Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata	B
7.	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado	B
8.	Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos	B
9.	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho	E

A - Eficácia e impacto em Resultados; **B** - Eficiência, qualidade e inovação; **C** - Complementaridade e sinergias; **D** - Abrangência e transversalidade; **E** - Igualdade de oportunidades e de género

ANEXO VI - Grelha de Análise dos Critérios de Seleção



Programa Operacional
Capital Humano

Tipologia de Operação

Cursos de educação e Formação de Jovens (CEF)

Matriz de Análise - Curso / Entidade

Entidade: _____

NIF: _____

Curso: _____

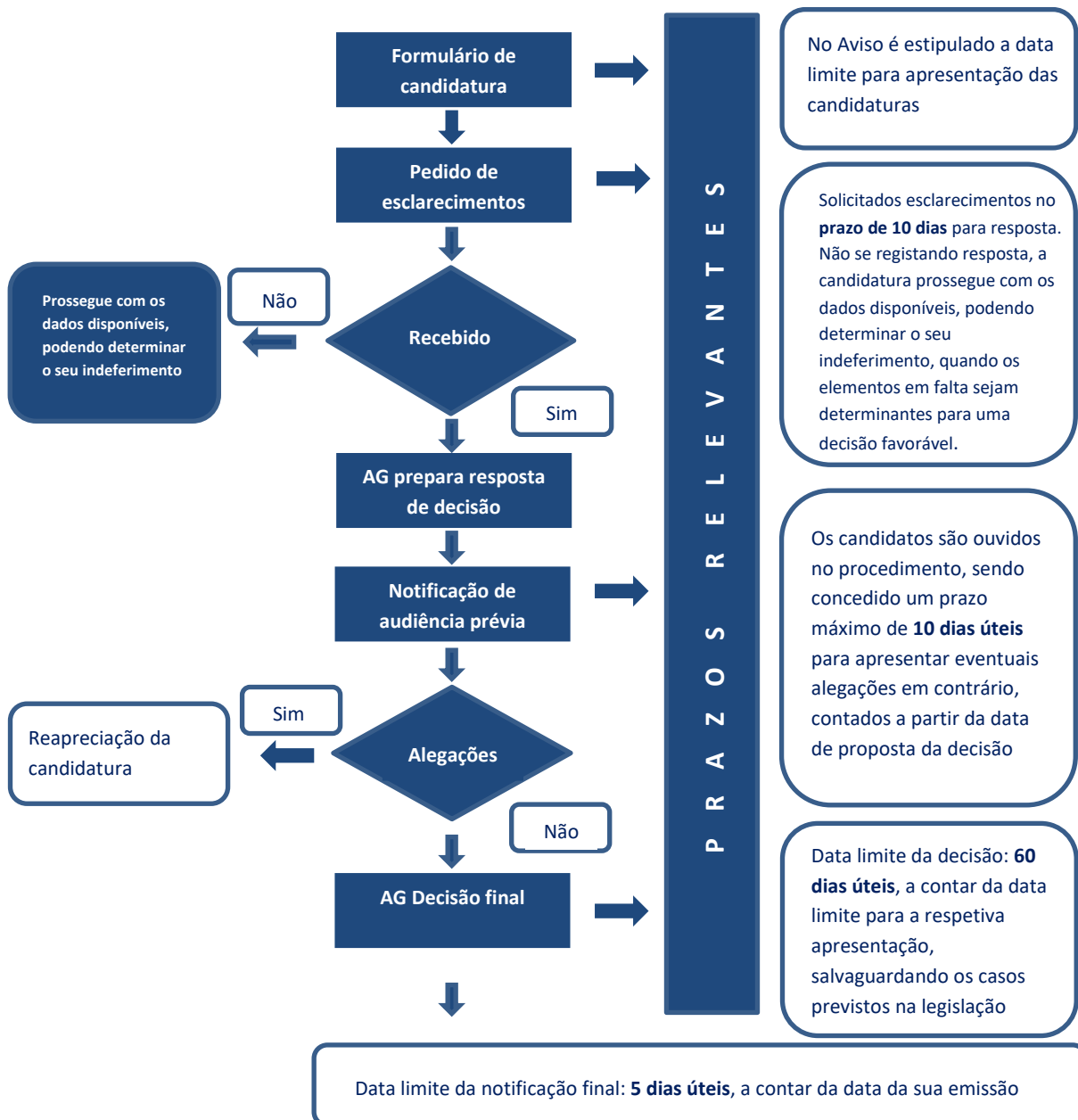
Total

Nº	Critérios de Seleção	Pontuação	Subtotal
1	Níveis de abandono, insucesso e/ou desistência na escola e na região	20,00	
	1.1 Taxa de retenção e desistência na escola, no 3.º ciclo do ensino básico, no último ano letivo	12,00	
	Elevada (>=16%)	12,00	
	Alta (>=10% e <16%)	8,00	
	Média (>=6% e <10%)	5,00	
	Baixa (<6%)	2,00	
	1.2 Taxa de retenção e desistência na região NUTS III, no 3.º ciclo do ensino básico, no último ano letivo	8,00	
Elevada (>=12%)	8,00		
Alta (>=10% e <12%)	6,00		
Média (>=7% e <10%)	4,00		
Baixa (<7%)	2,00		
2	Nível de sucesso escolar (taxa de conclusão) e qualidade das formações realizadas na escola, bem como taxas de prosseguimento de estudos	7,00	
	2.1 Taxa de Conclusão média na escola, no universo dos alunos que frequentaram ofertas dirigidas à promoção do sucesso educativo no 3º ciclo do ensino básico, no último ano letivo	4,00	
	Elevada (<75%)	4,00	
	Alta (>=75% e <90%)	3,00	
	Média (>=90% e <95%)	2,00	
	Baixa (>=95%)	1,00	
	2.2 Taxa de Prosseguimento de Estudos entre os alunos que concluíram ofertas dirigidas à promoção do sucesso educativo no 3.º ciclo	3,00	
Elevada (<=90%)	3,00		
Alta (>= 90% e <95%)	2,00		
Média (>= 95% e <99%)	1,00		
Baixa (>=99%)	0,50		

3	<p>Relevância da formação proposta, avaliada nomeadamente pelo número potencial de alunos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação</p> <p>Adequação ao público-alvo avaliada em termos da percentagem de alunos com 15 anos ou mais a frequentar o 3.º ciclo, na região NUTS III</p> <p>Elevada (>=22%) Alta (>=19% e <22%) Média (>=17% e <19%) Baixa (<17%)</p>	<p>12.00</p> <p>12.00 8.00 6.00 2.00</p>	
4	<p>Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, com incidência na organização e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formação em contexto de trabalho</p> <p>Elevado Bom Médio Baixo</p>	<p>16.00</p> <p>16.00 12.00 8.00 1.00</p>	
5	<p>Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos</p> <p>Muito adequados Adequados Inexistentes</p>	<p>10.00</p> <p>10.00 7.00 1.00</p>	
6	<p>Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata</p> <p>6.1 Rácio alunos/docentes (ETI)</p> <p>Elevado (>= 11 para Território Baixa Densidade ou >= 12 para restantes territórios) Bom (>= 9 e < 11 para Território Baixa Densidade ou >= 10 e < 12 para restantes) Médio (>= 7,5 e < 9 para Território Baixa Densidade ou >= 8,5 e < 10 para restantes) Baixo (< 7,5 para Território Baixa Densidade ou < 8,5 para restantes territórios)</p> <p>6.2 Taxa de execução verificada em anos anteriores</p> <p>Elevado (>=95%) Bom (>=90% e <95%) Médio (>=85% e <90%) Baixo (< 85%)</p>	<p>5.00</p> <p>2.50</p> <p>2.50 2.00 1.50 0.50</p> <p>2.50</p> <p>2.50 2.00 1.50 0.50</p>	

7	Adequação do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (compromisso da entidade em termos de resultados contratuais)		20.00	
	7.1	Percentagem de alunos diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível básico (ISCED 2)	10.00	
		Elevada (>=88%)	10.00	
		Alta (>=84% e <88%)	7.00	
		Média (>80% e <84%)	4.00	
		Baixa (<=80%)	2.00	
8	7.2	Percentagem de pessoas apoiadas que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso	10.00	
		Elevado (>= 70%)	10.00	
		Bom (>=60% e < 70%)	7.00	
		Médio (>50% e < 60%)	4.00	
		Baixo (<=50%)	2.00	
8	Capacidade, qualidade e adequação dos recursos humanos, das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos		5.00	
	8.1	Quantidade e qualidade dos recursos humanos	3.00	
		Muito Adequados	3.00	
		Bastante adequados	2.00	
		Pouco adequados	1.00	
	8.2	Capacidade, qualidade e adequação das infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos	2.00	
9		Muito adequados	2.00	
		Bastante adequados	1.00	
		Pouco adequados	0.50	
	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formação e ao mercado de trabalho		5.00	
		Alto	5.00	
9		Médio	3.00	
		Inexistente	1.00	
Total:			100	Total

ANEXO VII - Prazos e procedimentos de análise e decisão de Candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.

ANEXO VIII - Nota Metodológica Projeto de Orçamento – Custo Unitário

1. TIPOLOGIA

846 - MEA Cursos de Educação e Formação (CEF).

2. AVISO DE ABERTURA DE CONCURSO

POCH-H9-2021-08.

3. BASE LEGAL PARA A DEFINIÇÃO DA OCS

Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu Mais, ao Fundo de Coesão, ao Fundo para uma Transição Justa e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e regras financeiras aplicáveis a esses fundos e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos.

Artigo 53.º Formas das subvenções

(...)

2. Se o custo total de uma operação não exceder 200 000 EUR, a contribuição concedida ao beneficiário, a título do FEDER, do FSE+, do FTJ, do FAMI, do FSI e do IGFV, assume a forma de custos unitários, montantes fixos ou taxas fixas, exceto no caso das operações para as quais o apoio constitua um auxílio de estado. Caso seja utilizado um financiamento por taxa fixa, apenas as categorias de custos às quais é aplicável a taxa fixa podem ser reembolsadas nos termos do n.º 1, alínea a).

(...)

3. Os montantes relativos às formas de subvenções a que se refere o n.º 1, alíneas b), c) e d), são estabelecidos de um dos seguintes modos:

(...)

b) Com base num projeto de orçamento estabelecido numa base casuística e acordado ex ante pelo organismo que seleciona a operação, quando o custo total da operação não for superior a 200 000 EUR.



4. BENEFICIÁRIOS

Constituem beneficiários da presente metodologia: as Escolas profissionais públicas, desde que o respetivo funcionamento esteja previamente autorizado pelo Ministério competente e desde que as operações sejam enquadráveis na utilização obrigatória de OCS.

5. DESCRIÇÃO DA OCS A IMPLEMENTAR

Custo Unitário a partir de um projeto de orçamento, quando o custo total da operação a aprovar é inferior ou igual a 200 000 EUR, e quando as operações em causa não se encontram cobertas por uma outra modalidade de financiamento de custos simplificados.

6. INDICADOR QUE DESENCADEIA O REEMBOLSO DA OCS

Custo por formando/ano letivo de um curso profissional ou de um curso CEF.

7. UNIDADE DE MEDIDA

N.º de formandos que frequentaram a formação.

8. MÉTODO DE FORMULAÇÃO DA OCS

A OCS a utilizar é um custo unitário, sendo o montante determinado com base num projeto de orçamento, estabelecido operação a operação, no momento de aprovação das candidaturas, quando o custo total aprovado é inferior ou igual a 200 000 EUR.

O custo unitário é calculado a partir

- ✓ do custo total elegível, resultante do projeto de orçamento, e (1)
- ✓ do número de formandos resultantes da análise técnica aprovados em candidatura (2)

Fórmula de Cálculo:

$$\text{Custo Unitário (3)} = \frac{\text{Projeto de Orçamento aprovado (1)}}{\text{nº formandos (2)}}$$

O montante do custo total elegível aprovado em candidatura é determinado pelo produto dos custos unitários estabelecidos com base no projeto de orçamento, pelo número de formandos aprovados:

- ✓ Custo Total Elegível = Custo Unitário (3) x nº formandos aprovados (2).

Os pedidos de pagamento (PP), na modalidade Projeto de Orçamento – Custo Unitário devem ser submetidos eletronicamente no sistema de informação e nos termos seguintes:

- ✓ 1º Pedido de Reembolso: No final do primeiro período letivo, o correspondente a 50% do Custo unitário (aprovado em candidatura) x nº de formandos que frequentaram o curso no primeiro período letivo. Note-se que este pedido de pagamento corresponderá ao Pedido de Reembolso Intermédio (PRI), no qual será deduzido o valor do adiantamento pago, referente ao ano civil a que corresponde este pedido de pagamento;
- ✓ 2º Pedido de Reembolso: após a conclusão do segundo período letivo, o correspondente a 30% do Custo unitário (aprovado em candidatura) x nº de formandos que frequentaram o curso no segundo período letivo;
- ✓ Com o término do 3º período letivo, o correspondente a 20% do Custo unitário (aprovado em candidatura) x nº de formandos que frequentaram o curso no terceiro período letivo, correspondendo ao pedido de saldo final.

Aquando da análise dos pedidos de pagamento, o custo total elegível em cada PP é apurado através do produto do custo unitário determinado em candidatura pelos formandos que frequentaram o curso em cada período letivo, mediante a análise das Pautas de Avaliação dos formandos registados na execução física da operação:

- ✓ $\text{Custo Total Elegível} = \text{Custo Unitário (3)} \times \text{nº formandos que frequentaram o curso.}$

Os valores a pagar à entidade beneficiária estão limitados ao valor aprovado no ano em causa e a 85% do valor aprovado para a operação, conforme disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

9. CATEGORIAS E LIMITES DE CUSTO ABRANGIDAS PELA OCS

A entidade beneficiária apresenta o orçamento tendo por base a estrutura de rubricas disponível para o regime de financiamento em custos reais.

As categorias e limites de custos abrangidas por esta OCS (Projeto de Orçamento) são idênticas às utilizadas em custos reais, ou seja, no âmbito das operações a apoiar através da modalidade Projeto de Orçamento - Custo Unitário, são aplicados as regras e valores estabelecidos nos artigos 12.º a 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

10. CRITÉRIOS E TIPOS DE DOCUMENTOS COMPROVATIVOS PARA JUSTIFICAR OS MONTANTES E AS QUANTIDADES PREVISTAS NO PROJETO DE ORÇAMENTO PROPOSTO

I. Aprovação

A aprovação da candidatura é efetuada após o apuramento do custo total elegível com base no custo unitário apurado a partir do projeto de orçamento apresentado pelo beneficiário e do número de formandos aprovados.

- i. Custo Total Elegível = Custo Unitário X nº Formandos Aprovados
- ii. Indicador de OCS

$$\text{Custo Unitário} = \frac{\text{Projeto de Orçamento aprovado}}{\text{nº Formandos aprovados}}$$

- iii. Análise do Projeto de Orçamento

Análise da Memória Descritiva de Custos solicitados por rubrica, com a devida aplicação das normas e limites determinados para operações em custos reais na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação e no ponto anterior, bem como a adoção de critérios de razoabilidade a definir pela Autoridade de Gestão ou Organismo Intermédio, designadamente o volume de formação em Horas e Dias.

- iv. Formandos Aprovados

Análise do nº de formandos solicitados em candidatura no Balcão 2020 e do nº de formandos inseridos no SIGO, que devem ser idênticos. No caso de existirem diferenças, serão solicitados esclarecimentos às entidades beneficiárias com vista a determinar o número de formandos a aprovar, mas devendo prevalecer por princípio o número de formandos inserido no SIGO.

II. Execução

Em sede de execução, é apurado o custo total elegível com base no custo unitário aprovado em candidatura e do número de formandos elegíveis à formação que frequentaram a ação formação.

- i. Custo Total Elegível = Custo Unitário aprovado em candidatura X nº Formandos elegíveis que frequentaram a formação/curso
- ii. Indicador de OCS: Custo Unitário - corresponde ao custo unitário aprovado em candidatura
- iii. Formandos elegíveis que frequentaram a formação/curso

- verificação da elegibilidade dos formandos que frequentaram a ação de formação nos termos da legislação aplicável através da ficha de inscrição e/ou registo biográfico (idade à entrada e habilitações literárias);
- verificação dos formandos elegíveis que frequentaram a formação mediante a análise das Pautas de Avaliação dos formandos registados na execução física da operação.

11. REGIME DE FINANCIAMENTO E PAGAMENTOS

A candidatura é submetida no Balcão 2020, apresentando os montantes por rubrica elegível no aviso, constituindo o projeto de orçamento. Posteriormente é calculado o custo unitário por aluno e aprovado o custo total elegível numa única rubrica.

A contratualização de resultados das operações a financiar nesta modalidade de OCS ocorre nos mesmos termos que as restantes operações a financiar no presente Aviso (definida no ponto 16).

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como das regras estabelecidas em sede de aviso de abertura de candidaturas.

Caso surjam situações que requeiram alguma reprogramação das operações financiadas ao abrigo desta modalidade, estas têm que respeitar as seguintes condições:

- ✓ Terá como limite máximo o custo total de 200 000 EUR.
- ✓ Decorrer de um novo projeto de orçamento, com base numa nova relação entre custos e quantidades;
- ✓ Impossibilidade de alteração apenas de um dos fatores (custo/quantidade), isto é, o mesmo custo não pode originar entregas menores das inicialmente previstas;
- ✓ Sujeita a uma nova aprovação pela AG e novo TA.

Sempre que ocorram acréscimos do número de alunos após a aprovação da candidatura, a entidade deverá submeter um Pedido de Alteração à decisão de aprovação até à data da conclusão material da operação constante no Balcão 2020.